

INFORMATIVO SOBER

SUMÁRIO DOS TRABALHOS APRESENTADOS AO XX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL¹

Curitiba, 26 a 29 de julho de 1982

O tema central do XX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, "Agricultura: Prioridade ou Instrumento?", buscou trazer à mesa de debates as diversas versões sob as quais é encarado, pelos profissionais da economia e sociologia rural, o desempenho político da Nação com respeito ao setor agrícola. Adicionalmente, procurou-se debater modelos alternativos que, dadas as tendências previstas, serviriam para orientar o eventual redirecionamento das políticas vigentes.

Do substancial conjunto de contribuições trazido à discussão, naquela oportunidade, procurou-se extrair as conclusões que melhor retratariam as posições assumidas pelos conferencistas nos diversos painéis e grupos de discussão. O objetivo do presente trabalho é apresentar tais conclusões. Espera-se, assim, divulgar em maior escala os principais resultados do Congresso atendendo, ao mesmo tempo, a uma das principais funções da SOBER, qual seja, a de estimular a discussão e a divulgação dos conhecimentos, de base científica, no campo da economia e sociologia rural.

A abordagem do tema seguirá a linha de apresentação adotada nas sessões do XX Congresso. Em primeiro lugar, será enfocado o quadro mais amplo: a ação do Estado brasileiro com respeito à agricultura, em seus aspectos formais, o processo e os instrumentos de intervenção estatal, e estratégicos, a inserção do setor agrícola na política econômica adotada. Em seguida, serão examinados os ajustamentos a que o setor agrícola se vê induzido em função das prioridades nacionais, os que visam atender às demandas por alimentos, exportações e energia, e as correspondentes mudanças quanto aos fatores de produção. Finalmente, esta síntese abordará o conceito de prioridade agrícola e sua aplicação e o que esta significa do ponto de vista econômico e social no caso brasileiro.

Painel I – Estado, Política Econômica e Agricultura

O painel central foi desenvolvido a partir de uma apreciação crítica sobre a crescente participação do Estado na economia, através das empresas estatais, do sistema financeiro e como regulador de mercados. Os dados apresentados indicam que o número de empresas estatais elevou-se de 25, no período de 1900-1930, para 560, em 1981, sendo que 48% destas foram criadas na década de 70. Embora, em termos de patrimônio, a maior parte destas empresas esteja concentrada em setores ligados a utilidades públicas e transportes, verifica-se sua participação num total de 16 setores de atividade econômica. Quanto ao esforço de investimento no País, a participação do Estado atingiu 46% em 1981, constatando-se, no período

¹ Resumo elaborado pelo Dr. Alberto Veiga.

de 1973-81, um declínio na participação da administração direta de 17% para 12% e um aumento das empresas estatais de 15% para 34%.

No campo da intermediação financeira, a atuação estatal também aumentou substancialmente, sobretudo a partir de meados dos anos 60, no segmento de haveres não monetários. Neste, a participação pública cresceu de 48% dos ativos financeiros brutos, em 1970, para 72%, em 1980. Somente os fundos de poupança compulsória (PIS, PASEP e FGTS) representaram 28,6% dos ativos financeiros brutos totais no País.

Na área de regulamentação da atividade econômica, a presença do Estado é notória no mercado financeiro, dadas as aplicações compulsórias na agricultura, pequena e média empresa, limites quantitativos para a expansão do crédito e o imposto sobre operações financeiras. A intervenção estatal faz-se notar, ainda, no controle direto de preços – hoje mais reduzido – e salários, além da instituição da correção monetária e cambial.

As análises indicam que esta ampliação da participação do Estado na economia nacional, que se processou a partir do esforço de industrialização dos anos 50 e acentuou-se desde 1973, produziu resultados desfavoráveis. Ocorreram quedas significativas da taxa interna de poupança (26,5% em 1973-74, para 20% em 1979-80), da relação produto-capital (0,56 em 1972-73, para 0,35 em 1979-80), dos coeficientes de importação e de exportação (7,4% em 1972-73, para 6,0% em 1979-80) e da carga tributária (24,8% do PIB em 1973, para 21,9% em 1980), com elevação da dívida pública interna e externa. Ao mesmo tempo, ocorreu concentração da renda pessoal, agravamento do déficit público, desequilíbrio crescente do balanço de pagamentos e escalada na taxa de inflação.

Tais fatos refletiram-se sobre o setor agrícola de várias formas, resultando em uma desproteção ao setor. Isto ocorreu por força dos controles de preços instituídos tanto pelos tabelamentos de gêneros alimentícios como pela sobrevalorização

¹ Este Painel e os Grupos de Discussão complementares compreendem os seguintes temas:

Tema 1: A Política Econômica Nacional e suas Implicações para o Setor Agrícola.

Expositor: Mário Henrique Simonsen.

Tema 2: A Intervenção do Estado na Economia do Setor Agrícola.

Expositor: Celso L. Martone.

GD-1: Agricultura sem Subsídios: Um Empreendimento Viável? (FGV)

Expositores: Gervásio C. Rezende; Milton L. Mello Santos; João Sayad.

GD-2: Desigualdades Regionais no Meio Rural (UFCE/BNB)

Expositor: Pedro Sisanando Leite.

GD-3: Política Econômica e Planejamento Agrícola (SNPA/MA)

Expositores: Dryden Arezzo, Fábio L. Ferreira e Mário B. Vera Wall.

camoial, revertidos em benefícios do setor urbano-industrial. Este modelo de drenagem de recursos tende, porém, a esgotar-se na medida em que o setor agrícola perde importância relativamente ao setor industrial e a expansão de sua produção passa a ser feita a custos crescentes. A introdução das minidesvalorizações cambiais, a partir de 1968, e do crédito subsidiado buscou atenuar efeitos negativos sem, no entanto, eliminá-los.

A conclusão desta análise é que há necessidade de uma reformulação do modelo adotado, revertendo-se a tendência estatizante pela redução do dispêndio público e pela mudança na estrutura deste dispêndio e seu financiamento. Esta última providência envolve o revigoramento das funções tradicionais do Governo e uma reforma tributária de profundidade, com eliminação dos subsídios.

No caso da agricultura, o principal instrumento utilizado pelo Governo, para estimular o seu desenvolvimento, tem sido o crédito subsidiado. A importância deste instrumento pode ser avaliada pelo fato de que a relação entre o saldo dos empréstimos e o valor da produção agrícola subiu de 30%, em 1966, para cerca de 75% nos últimos anos, tendo chegado a 95%, em 1975. Em 1980, os subsídios implícitos no crédito agrícola chegaram a 20% do valor da produção do setor.

Entretanto, este instrumento possui severas limitações, sobretudo quanto à forma pela qual o subsídio é concedido. Enquanto, em outros países, os subsídios são pagos por recursos tributários, no Brasil, o orçamento fiscal não prevê qualquer verbas para eles. Assim, este crédito provém de duas fontes apenas: das pequenas aplicações compulsórias dos bancos comerciais e dos repasses do Banco Central à rede bancária, particularmente ao Banco do Brasil, via conta de movimento. Por esta razão, para atender à expansão do crédito agrícola, o Banco Central precisa emitir não o valor correspondente ao subsídio de juros, mas o valor correspondente a todo o principal.

Argumentou-se que o sistema atual de incentivos à agricultura, via créditos subsidiados criados pela expansão da base monetária, não apenas peca por ser inflacionário, mas também por ser altamente instável para os agricultores. Isto porque o crédito rural conflita com o controle dos meios de pagamento. Quando outros fatores, como a perda de reservas cambiais ou a captação de recursos não monetários, puxam para baixo a base monetária, é possível ampliar o crédito agrícola. Porém, quando se ganham reservas cambiais ou quando se perdem recursos não monetários, a base monetária se expande e é necessário conter esse crédito. Desta forma, o racionamento do crédito rural passa a ser exercido em função de variáveis estranhas às exigências do setor, podendo escassear quando se faz mais necessário ou ter condições de ser ampliado quando poderia ser contido. Tanto os ajustamentos dos Valores Básicos de Custeio como os dos preços mínimos podem ser insatisfatórios por esta razão.

A maneira de contornar este problema seria enquadrar o subsídio em alguma dotação orçamentária normal, da mesma forma que o seriam os recursos para o PROAGRO e para o pagamento de preços mínimos. Alternativamente, poder-se-ia promover a substituição do subsídio de crédito por estímulos de preços, de forma direta, ou aplicando isenções fiscais a alguns produtos considerados essenciais.

GD-1

Este e outros aspectos da política de crédito agrícola foram adicionalmente desenvolvidos pelo Grupo de Discussão que explorou o tema "Agricultura sem Subsídios: Um Empreendimento Viável?".

Em primeiro lugar, foram analisadas as diferentes estratégias de transição para uma política de menor subsídio ao crédito rural. Seriam duas as possíveis opções: corte na disponibilidade de recursos e elevação da taxa de juros. Estas reformas podem coincidir com diferentes situações da política econômica geral, envolvendo aumento ou redução de liquidez da economia.

A política de crédito rural adotada a partir de 1979 envolveu cortes na disponibilidade de recursos, ao mesmo tempo em que elevava o subsídio por unidade de crédito. Simultaneamente, eram adotadas medidas de política econômica geral que implicavam aumento da dívida pública e redução do nível de liquidez da economia.

Tais condições aumentam sensivelmente as probabilidades de que se verifiquem desvios de crédito rural para aplicações financeiras mais remunerativas, ao mesmo tempo que desestimulam a aplicação de recursos próprios na agricultura.

Desta forma, seria preferível que a contenção do subsídio fosse operada através de maiores juros, mantendo recursos em disponibilidade para o produtor. Esta alternativa, no entanto, tem algumas restrições. Em primeiro lugar, uma elevação do juro real, sob altas taxas de inflação, pode representar um ônus excessivo para o produtor, principalmente quando os preços dos insumos tendem a se elevar a taxas mais elevadas. Em segundo lugar, a redução do subsídio não é suficiente para que as autoridades monetárias façam todo corte que se faz necessário em suas aplicações; precisarão recorrer também ao corte das disponibilidades.

O subsídio ao crédito rural foi também estudado quanto aos seus efeitos sobre o preço da terra. A hipótese é de que o subsídio seria capitalizado na forma de uma parcela do preço da terra. Isto ocorreria pelo fato de que a quantidade de subsídio obtida é função da quantidade de terra possuída; a concorrência pelo acesso ao crédito rural resulta em maior concorrência por terra e, portanto, em um aumento de seu preço.

Assim, tomar crédito rural envolve a necessidade de pagar o custo explícito do juro subsidiado mais o custo implícito do juro que se deixa de auferir sobre o capital adicional obtido pelo aumento do valor da terra. Esta soma igualaria o custo do crédito rural com o custo do mercado financeiro como um todo.

Este aumento no valor da terra torna desvantajoso o empreendimento agrícola sem o uso do crédito rural subsidiado. Tal acréscimo, acima do valor produtivo, é também incorporado ao custo de arrendamento da terra, encarecendo-o. Desta forma, a produção agrícola passa a ser mantida através de uma relação de dependência com a política governamental.

A capitalização do subsídio no valor da terra leva a uma preferência por esta, como ativo para "reserva de valor". Isto implica concentração de sua prioridade,

em regiões de maior desenvolvimento agrícola, ao mesmo tempo em que aumenta os obstáculos à sua aquisição por parte dos pequenos arrendatários, parceiros e trabalhadores.

GD-2

Com relação aos aspectos regionais da problemática agrícola brasileira, foi organizado um Grupo de Discussão sobre o tema “Desigualdades Regionais no Meio Rural”.

Este tópico foi desenvolvido com base em uma análise das desigualdades de cunho econômico e social existentes entre as regiões Nordeste e Sudeste. Os dados de caráter geral mostram que, em termos *per capita*, o produto do Nordeste é apenas 40% do nacional e 27% do produto do Sudeste. O produto agrícola *per capita* nordestino representa 40% do seu correspondente da região Sudeste. Por sua vez, em 1970, do total das despesas públicas federais aplicadas nos setores sociais, 13% foram destinados ao Nordeste (com 30% da população nacional) enquanto 70% couberam ao Sudeste (com 42% da mesma população).

Quanto ao crescimento da produção agrícola, no período de 1960-79, verifica-se que a taxa anual observada no Nordeste (3,0%) foi superior à do Sudeste (2,2%). No entanto, no primeiro, este crescimento deveu-se principalmente à expansão da área, enquanto no segundo, resultou de ganhos de produtividade.

Do extenso conjunto de variáveis analisadas evidencia-se o atraso relativo da agricultura do Nordeste. Este atraso, encarado em termos absolutos, deve ser interpretado dentro de um contexto de condicionantes gerais, entre os quais se destacam:

- a. o deficiente e lento processo de urbanização, que não induz a redução da densidade populacional rural e, assim, uma relação recursos-homem mais favorável;
- b. as incertezas climáticas, o que reduz as opções do produtor, em suas atividades, e do poder público, em promover assistência econômico-social ao setor rural;
- c. o uso de insumos modernos limitado a sementes melhoradas e fertilizantes químicos em pequena escala e para alguns produtos, resultando em pequena produtividade da terra e do homem;
- d. a crescente concentração de mão-de-obra em pequenas propriedades, agravando o problema da pobreza absoluta.

Estes e outros fatores colocam o Nordeste em situação desvantajosa perante o Sudeste, carecendo, assim, de maior apoio do que vem recebendo.

GD-3

A organização do Estado com o fito de definir suas normas e ações de inter-

venção no setor agrícola foi abordada pelo Grupo de Discussão sobre o tema “Política Econômica e Planejamento Agrícola”.

A evolução do planejamento agrícola no Brasil foi apresentada, no GD, sob as óticas de processo e de sistema. A idéia de processo compreende a seqüência histórica de documentos e instrumentos legais através dos quais são definidas as diretrizes e programas governamentais; o enfoque de sistema detalha a estrutura organizacional através da qual as ações de planejamento vêm sendo executadas, ao longo do tempo. Neste último caso, foi dada ênfase especial à criação e consolidação do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola.

Em uma análise geral da evolução do planejamento agrícola, no caso brasileiro, foi evidenciado um conjunto de variáveis que tem contribuído para retardar o seu progresso. Em primeiro lugar, a natureza da atividade agrícola, sujeita a descontinuidades e freqüentes riscos, é particularmente lenta em se ajustar a novas situações, gerando dificuldades quanto à previsão de investimentos e seus efeitos. Além disso, a diversidade dos problemas nacionais, regionais e locais prejudica a compatibilização dos objetivos a serem atingidos nesses níveis.

O planejamento agrícola encontra ainda sérias limitações em face da inexistência de dados e estudos básicos em escala ou grau de homogeneidade que permitam um bom conhecimento da realidade. Outra dificuldade decorre da intrincada malha institucional responsável pelas decisões e elaboração da política agrícola, tornando impraticável a coordenação de suas ações.

Em âmbito nacional, existem duas estruturas paralelas que exercem funções de planejamento: o Sistema Federal de Planejamento, cuja agência central é o Instituto de Planejamento (IPLAN) do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), e um conjunto de órgãos colegiados interministeriais – Conselho de Desenvolvimento Econômico, Conselho de Desenvolvimento Social, Conselho Monetário Nacional e as comissões de política setorial, como é o caso da Comissão Nacional de Energia. Ocorre, assim, uma certa independência entre os órgãos de política e as entidades de planejamento.

Uma outra restrição ao processo reside na inadequação entre os planos previstos e os orçamentos anuais levando a que, em última instância, o orçamento seja o documento representativo e o plano uma redundância.

O GD concluiu pela necessidade de garantir que o sistema de planejamento agrícola participe ativamente da proposta e delineamento dos objetivos gerais e específicos de desenvolvimento para o setor. Para isto, o planejamento agrícola deverá possuir características que lhe permita acompanhar a formulação da política econômica global, assumindo uma identidade própria que proporcione sua legitimidade no contexto político-institucional a que serve.

Painel II – A Contribuição da Agricultura: Alimentos, Exportação e Energia²

O painel central abordou dois aspectos complementares: de um lado, o desafio colocado perante o setor agrícola, de atender às demandas por alimentos, produ-

tos de exportação, e matérias-primas energéticas; de outro lado, os ajustamentos que deverão processar ao nível dos fatores de produção, em resposta a tais demandas.

Discutiu-se, primeiramente, a questão alimentar do ponto de vista da disponibilidade calórica e protéica, para a população, e quanto à produção agrícola obtida. A disponibilidade alimentar foi estimada a partir do balanço entre produção doméstica, exportações e importações, considerando-se os seguintes produtos: arroz, feijão, batata, mandioca, milho, açúcar, trigo, carne bovina, carne suína, aves, ovos e leite, para o período de 1940-79. Os resultados obtidos mostram que a disponibilidade interna de calorias e proteínas por habitante-dia permaneceu estável desde meados dos anos 60, elevando-se nos últimos anos do período. Ao mesmo tempo, ocorreram importantes alterações na participação relativa dos alimentos, com estabilização ou redução em alguns (arroz, feijão, mandioca e milho) e aumento em outros (trigo e produtos animais).

Do lado da produção, constatou-se que, embora o País não tenha conseguido aumentos na produção agrícola total por habitante, entre 1977 e 1982, pelo menos, foi possível reverter a tendência observada durante toda a década passada, de expansão das culturas de exportação em detrimento dos produtos alimentares para o mercado interno.

Quanto à prioridade concedida à produção de álcool, argumentou-se que esta carece de qualquer respaldo em termos econômicos e, do ponto de vista distributivo, pode trazer resultados desfavoráveis. Isto porque é uma alternativa mais dispendiosa do que um programa energético baseado no carvão mineral e vegetal, no xisto e em transportes urbanos e de longa distância, além do que envolve o uso de recursos desviados da produção de alimentos e de bens exportáveis.

² Este Painel e os Grupos de Discussão complementares compreendem os seguintes temas:

- Tema 1: O Dimensionamento da Demanda por Alimentos, Exportação e Energia
Expositor: Fernando Homem de Mello
- Tema 2: A Competitividade por Recursos Escassos: Situação da Oferta
Expositor: Paulo Rabello de Castro.
- GD-4: Efeitos Sócio-Econômicos da Modernização Agrícola (ESALQ)
Expositores: José Molina Filho; Fernando Homem de Mello; Claus Floriano Trench de Freitas; Fernando Antonio de Almeida Sever e Pêrsio de Carvalho Junqueira.
- GD-5: Crescimento Agrícola: Área vs. Produtividade (UFV)
Expositores: Aécio S. Cunha e Regina J. Dagner; Antonio Carvalho Campos.
- GD-6: Biomassa, Modelo Energético e Desenvolvimento Agrícola (EMBRAPA)
Expositores: Fernando Curi Paes e Leo da Rocha Ferreira; Reinaldo I. Adams; Fernando Curi Peres, Valter José Stúlp e Elmar Rodrigues da Cruz; Rogério Ortiz Porto.

Com relação à possibilidade de atingir os objetivos nacionais na área alimentar, de exportação e energética, o País teria que dobrar a taxa histórica de crescimento de sua área cultivada, de 3,5% para 6,5% ao ano, até 1985, o que parece ser improvável. Percebe-se até que não existe, nos anos mais recentes, uma tendência a elevar a taxa de crescimento da área cultivada na agricultura brasileira. Além disso, a competição por recursos tende a se agravar na média em que, nos próximos anos, a economia internacional iniciar um processo de recuperação e a atenção do produtor voltar-se novamente às culturas de exportação.

A interdependência entre os mercados de terra e de trabalho, envolvendo o problema da competição por recursos, reflete bem os ajustamentos a que a agricultura tem sido conduzida pelas mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira.

No que tange à mão-de-obra, verifica-se que, entre 1940 e 1970, enquanto a participação da agricultura na renda nacional ficava reduzida em cerca de 2/3, o enxugamento da população rural economicamente ativa se processava de modo bem mais lento, decrescendo de 66% para 39% da população do País. Assim, os contingentes humanos localizados no campo não se deslocaram para as cidades com a mesma velocidade em que a renda agrícola relativa era transferida para o setor urbano. Como resultado, ocorreu um empobrecimento da população rural relativamente à urbana.

Posteriormente, o "ressurgimento" agrícola da década de 70 moderou o processo de esvaziamento relativo da produção rural, refletindo-se positivamente sobre os ganhos monetários dos assalariados rurais. Ainda assim, a base estritamente financeira dos mecanismos de compensação à agricultura, mobilizados por meio da política de crédito, e o estímulo ao emprego de insumos poupadores de mão-de-obra provocaram outra espécie de desequilíbrio.

Tais fatos, durante os anos 70, ocorreram em paralelo com uma valorização real dos imóveis rurais. Com efeito, registra-se no período de 1966-81 uma razoável correlação positiva entre as evoluções do preço da terra, do salário da mão-de-obra e do índice de lucratividade na agricultura. Isto sugere que a maior lucratividade se transmite para o mercado de terras e mão-de-obra, como se poderia esperar em uma análise convencional.

No entanto, outros elementos intervenientes estão também em jogo. Enquanto nos estados caracterizados por uma agricultura tradicional, as taxas de expansão dos preços de terra, mão-de-obra e lucratividade aproximam-se bastante, nos estados onde o fenômeno da "modernização" foi mais intenso, a taxa de expansão do preço da terra foi superior à taxa relativa aos salários. Além disso, o período de 1974-77, em que ocorreu um aumento real do crédito rural subsidiado, coincidiu com o final do ciclo de aceleração do preço da terra. Outras causas de valorização dos imóveis rurais são as obras de infra-estrutura (sobretudo estradas) e o próprio processo de urbanização.

Cabe destacar, porém, o papel do investidor patrimonial, que é atraído para a compra de terras em períodos de altas de preços. Este investidor exerce pressão sobre o mercado de terras, enquanto o produtor profissionalizado influi também sobre os mercados dos demais fatores de produção. Tal investidor não tem, por-

tanto, qualquer motivação quanto ao aumento da produção, podendo mesmo exercer influência contrária a esta, na medida em que retira do mercado parte da terra que poderia vir a ser utilizada para tal fim.

Como resultado, observa-se que a expansão do preço da terra geralmente ocorreu a taxas mais elevadas que as do salário real. Outra possível explicação é o chamado “paradoxo de liquidação”, que é a venda de pequenos estabelecimentos rurais por seus proprietários estimulados pela valorização real de seus imóveis. Isto provoca a depressão do salário real, com recrudescimento de tensões sociais e migração para as metrópoles.

Desta forma, durante os anos 70, houve uma alteração na condição do produtor de baixa renda, que se transferiu da categoria de proprietário para a de proprietário-assalariado ou para formas puras de assalariado rural.

Estas relações entre as mudanças na estrutura fundiária e na estrutura de emprego levam a eventuais situações de conflito, conjugando o aspecto produtivo e o distributivo, que precisam ser levadas em conta no delineamento da política agrícola nacional.

GD-4

O Grupo de Discussão sobre “Efeitos Sócio-Econômicos da Modernização Agrícola” começou por analisar o conceito de “modernização” em contraste com o conceito de “desenvolvimento”. Para tanto, recorreu a outros dois conceitos: os de razão instrumental e razão interacional. A racionalidade da qual se vale uma dada sociedade para atingir seu desenvolvimento, resulta da complementação entre estes dois níveis de razão. A razão instrumental, identificada com o conceito de modernização, preocupa-se com a escolha e combinação adequadas dos meios, sem atenção aos critérios para a seleção dos fins. Por outro lado, a razão interacional refere-se às decisões entre diferentes fins, tendo em conta os valores neles envolvidos.

Sendo a ciência e a tecnologia as expressões mais típicas da razão instrumental, a modernização, encarada como o simples resultado da aplicação destes instrumentos, seria dissociada de considerações valorativas, não representando, portanto, um caminho para o desenvolvimento.

Ordinariamente, a palavra modernização é empregada com menor precisão conceitual, podendo, no entanto, ser identificada com processos decisórios que dão ênfase à racionalidade do tipo instrumental, o que não exclui a presença de variáveis interacionais.

Evidências do surto de modernização por que passou a agricultura brasileira e, mais especialmente, a do Estado de São Paulo, foram apresentadas no GD. Os indicadores selecionados, como uso de tratores e fertilizantes, e também de diversos outros insumos chamados modernos, mostram evolução rápida, indicando a intensidade dos ajustamentos tecnológicos ocorridos, especialmente na última década.

Várias outras mudanças são dignas de nota. O número de estabelecimentos

agropecuários, no Estado de São Paulo, que aumentou em 43,2% entre 1950 e 1960, e em 3,0% entre 1960 e 1970, caiu em 16,3% na década de 1970, sendo a maior redução verificada nos estratos de área menor. A população agrícola diminuiu a uma taxa média de 0,7 ao ano, entre 1950 e 1980, enquanto a renda bruta real aumentou de 3,1% ao ano resultando em aumento da renda *per capita* de 3,9% anuais. As mais elevadas taxas ocorreram nos anos 70, atingindo 6,5% para a renda bruta e 7,4% para a renda *per capita*.

Os produtos que apresentaram maior expansão da renda líquida e, por consequência, de área e produção, foram soja, cebola, laranja, chá, feijão, cana, banana, batata e tomate. Dentre os que apresentaram taxa negativa estão milho, café, mamona, mandioca, amendoim, arroz e algodão.

Complementarmente, o GD analisou alguns efeitos distributivos do processo de mudança tecnológica decorrente da modernização. Discutiram-se as inovações tecnológicas dirigidas às culturas de exportação quanto aos seus efeitos sobre os preços relativos dos produtos dirigidos ao mercado doméstico e conseqüentes implicações distributivas.

O argumento básico é de que as inovações bioquímicas poupadoras de terra levam seus adotantes a reduzir os custos marginais de produção, provocando o deslocamento da curva de oferta do produto para a direita. Assumindo-se uma demanda por produtos exportáveis perfeitamente elástica, o aumento de produção verificado não implicaria preços menores a estes produtores.

Ao nível do mercado de terra, a maior demanda por esta, para produção de **exportáveis**, substituiria a produção de bens domésticos resultando em elevação de seus preços reais. Esta elevação atingindo os orçamentos de famílias de menor renda, atuaria como um imposto regressivo.

O caso da cultura de soja foi escolhido para evidenciar esse efeito. O extraordinário desenvolvimento dessa cultura a partir de meados dos anos 60 é atribuível a três causas: a política de estímulo às exportações, a favorável situação de preços internacionais e o surgimento de inovações tecnológicas. Este último fator corresponde à formação de novas variedades durante os anos 60, assim como aperfeiçoamento do sistema de produção, incluindo controle de pragas e doenças, densidade e época de plantio e seleção de estirpes de *Rhizobium*.

Embora no período de 1960-79, a maioria das culturas de exportação apresentasse substancial incremento, a produção de soja destacou-se particularmente. Por outro lado, as culturas doméstico-alimentares apresentaram fraco desempenho. A esta evidência, adiciona-se a constatação de que os índices de preços de alimentação mostraram maiores aumentos para as famílias situadas nos estratos de despesa mais baixos, segundo estimativas realizadas para as regiões Nordeste e Sul e Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Verifica-se, assim, que entre outras causas, as inovações tecnológicas dirigidas às culturas de exportação, podem gerar – como no caso brasileiro – efeitos redistributivos desfavoráveis às populações de menor poder aquisitivo.

GD-5

Um aspecto fundamental para a avaliação do potencial do setor agrícola em responder aos desafios com que se depara a economia brasileira, foi analisado pelo GD-5, que abordou os efeitos da modernização sobre a produção e a produtividade.

Numa análise das fontes de crescimento das 23 principais culturas, no período de 1967/69 a 1977/79, chegou-se à conclusão de que a afirmativa de que a área cultivada ainda é a principal fonte de crescimento é, por via de regra, verdadeira. Das culturas de maior expressão econômica, somente o cacau teve seu padrão de crescimento determinado fundamentalmente pelo efeito-rendimento. As outras, para as quais o processo de modernização traduziu-se em crescimento via aumento de produtividade, foram, caracteristicamente, as frutas e legumes, que são culturas de maior elasticidade-renda da demanda, pouco utilizadoras de terras e cultivadas em pequenos estabelecimentos. Afora essas, somente o milho e a soja, apesar de terem no efeito-área sua principal fonte de crescimento, apresentaram ganhos de alguma expressão em termos de efeito-rendimento. O efeito localização, mesmo à vista da redução da área plantada de dez das 23 culturas, também foi pouco expressivo, tendo destaque somente nas culturas de café e de sisal.

No entanto, verificou-se que, em geral, a produção de alimentos para o mercado interno é favorável nas culturas de exportação.

A pequena influência global do efeito-rendimento seria de surpreender, já que tiveram lugar na economia brasileira, no período estudado, transformações que indubitavelmente concorreram para a modernização da agricultura. Observou-se, nessa época, o acentuamento da inelasticidade da oferta dos fatores primários, terra e trabalho, que ficaram mais caros. A indústria nacional de insumos agrícolas desenvolveu-se consideravelmente e os insumos baratearam. A infra-estrutura física e de serviços de apoio à agricultura, inclusive a pesquisa e a extensão rural, foi consideravelmente ampliada. Finalmente – talvez mais importante – o desenvolvimento geral da economia com o alargamento dos mercados urbanos, além da maior abertura do mercado externo, deve ter constituído fator de estímulo ao crescimento com modernização da agricultura.

Entretanto, também estiveram presentes circunstâncias que fundamentam a conclusão a que se chegou e que poderiam anular os fatores favoráveis à modernização. Tais circunstâncias são apontadas a seguir.

O encarecimento dos fatores primários de produção relativamente aos insumos modernos, é um potente indutor de inovações. Todavia, seu efeito pode ter sido compensado pelo maior grau de ineficiência técnica, normalmente presente quando se introduz nova tecnologia, pelos maiores riscos associados à tecnologia moderna e por preços não compensadores e excessivamente instáveis dos produtos agrícolas. Esta ineficiência pode ter sido ainda agravada pelas freqüentes intervenções governamentais no mercado.

A disponibilidade de infra-estrutura física e de serviços de apoio é uma condição indispensável ao desenvolvimento agrícola. No entanto, apesar dos investimentos feitos, a disponibilidade desses fatores ainda é deficiente na maioria das

regiões do País, explicando, em parte, o impacto relativamente pequeno, em termos agregados, dos insumos modernos sobre a produtividade da terra.

O relaxamento de restrições de demanda decorrente da ampliação do mercado doméstico e internacional é capaz de aumentar a remuneração dos fatores empregados na agricultura e de reduzir a instabilidade da renda. No entanto, os ganhos potenciais que poderiam ter sido obtidos da ampliação dos mercados foram prejudicados pela deficiência do sistema de comercialização, pela política de preços baixos para os produtos agrícolas, pela supervalorização cambial que prevaleceu, apesar das minidesvalorizações, e pela própria conjuntura internacional desfavorável para muitos produtos.

Finalmente, a persistência de um setor de subsistência, de considerável peso na agricultura e incapacitado de se modernizar, e a política de ocupação geográfica do território, que oferece a alternativa de crescimento extensivo e compete por recursos que poderiam ser aplicados no desenvolvimento das áreas tradicionais, são outros fatores que concorreram para o retardamento da modernização.

GD-6

Os problemas ligados ao setor energético voltaram à pauta no Grupo de Discussão "Biomassa, Modelo Energético e Desenvolvimento Agrícola", que analisou os efeitos, sobre o setor agrícola, da produção de biomassa e seu emprego como fonte alternativa de energia.

Ao nível mais agregado, foi destacada a oportunidade histórica que o uso da biomassa propicia ao setor agrícola, como elemento dinamizador de sua economia e gerador de renda. Neste sentido, mereceu ênfase o aspecto da menor dependência da atividade agropecuária em relação à industrial, como decorrência da obtenção, por aquela, de fontes próprias de energia.

Os estudos que analisaram os efeitos relativos do Plano Nacional do Alcool indicam que, em princípio, a renda agrícola do País se beneficiaria caso a produção da cana, tanto para açúcar como para álcool, fosse deslocada para a fronteira agrícola. O maior custo de transportes desses produtos seria suplantado pelos ganhos obtidos nas regiões tradicionais, com outras explorações, como milho, algodão e soja. No entanto, ineficiências do sistema econômico, de natureza política (subsídios e reserva de mercado) e histórica (capital especializado na produção de cana, já instalado nas regiões nobres), fazem com que a situação real seja exatamente oposta àquela.

Dadas essas ineficiências, passa a ser mais vantajosa a concentração da produção de cana nas proximidades dos centros de consumo, mesmo quando seu custo de produção for mais elevado do que o de outras culturas. A realocação da produção agrícola resultante do Plano Nacional do Alcool propicia maiores vantagens à cultura de cana em regiões dotadas de mão-de-obra abundante. Por outro lado, o maior custo da energia resultou em maior eficiência no uso de máquinas e em maior emprego de mão-de-obra.

Foram, ainda, discutidos os resultados de estudo realizado em nível de empre-

sa agrícola, com base em análise de sistemas, pelo qual foram introduzidas novas opções energéticas, na forma de minidestilarias, motores e trator a álcool, biodigestores, carvão vegetal etc.

Painel III – Agricultura como Prioridade Nacional³

A prioridade agrícola, como diretriz de governo, só terá sentido para o setor, na medida em que promover o seu desenvolvimento econômico e social. O painel do encerramento do XX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural teve a finalidade de discutir este aspecto. A apresentação inicial considerou a evolução da agricultura brasileira durante o chamado período de modernização e a perspectiva do futuro próximo.

Em primeiro lugar, foi ressaltada a característica de crescente integração da atividade agrícola com os demais setores econômicos. Essa integração resultou do desenvolvimento urbano-industrial do País, reduzindo sua dependência da agricultura, quanto à renda nacional, mas mantendo essa dependência quanto a um preço básico do sistema – o salário – além da geração de divisas. Desta forma, após superada a fase de transferência de recursos para outros setores, a política econômica passou a privilegiar critérios de estabilização da agricultura.

A estratégia brasileira de modernização da agricultura baseou-se em quatro pontos principais: maior abertura ao comércio internacional, acentuada expansão dos programas de crédito subsidiado, elevação dos gastos em extensão rural e especial tratamento ao setor de insumos. Essa estratégia sofreu freqüentes reajustes de curto prazo, desde meados dos anos 60, para acomodar objetivos mais gerais de equilíbrio interno e externo. Além disto, ela visava primordialmente objetivos fora do setor agrícola, mormente os de suporte ao crescimento urbano.

A principal mudança operada por tais fatos foi quanto à forma de operação do setor rural. As mudanças tecnológicas nele operadas alteraram significativa-

³ Este Painel e os Grupos de Discussão complementares compreendem os seguintes temas:

- Tema 1: Prioridade Econômica: O Setor Agrícola.
Expositor: José Roberto Mendonça de Barros.
- Tema 2: Prioridade Social: O Meio Rural.
Expositor: Paulo Sandroni.
- GD-7: Migrações e Políticas de Assentamento (IEPE)
Expositores: Edgar Irio Simm; Geraldo Müller.
- GD-8: Organização dos Produtores Rurais (IEA)
Expositores: Victor Ribeiro Nickelsburg; Ramon M. Garcia; Paulo Guilherme de Almeida; Antonio Carlos Mendes Thame e Antonio Ambrósio Amaro.
- GD-9: Transferência de Tecnologia (EMBRATER)
Expositor: Glauco Olinger.

mente o grau de integração da agricultura com o restante do sistema econômico. Esta integração ocorreu em diversos níveis: com a indústria produtora de insumos, com o mercado interno e externo, com a indústria de processamento da produção e no campo das relações de trabalho.

Quanto às mudanças operadas no próprio setor rural, cabe destacar seus efeitos relativamente modestos sobre produtividade, emprego e renda.

De modo geral, a produtividade da terra não apresentou sensíveis progressos, mostrando-se maior para os produtos exportáveis e menor ou negativa para os alimentos destinados ao mercado interno. Isto seria consequência de pequeno desenvolvimento da pesquisa agropecuária até meados dos anos 70, além do crescimento da fronteira agrícola em direção a regiões de menor fertilidade natural.

Outra mudança é detectada no perfil da produção em termos geográficos, trazida, em geral, na redução da participação da região Nordeste, na pequena importância assumida pela região Norte, na estagnação das áreas do sistema de produção do Sul e na expansão da área de cerrado. Isto leva a necessidade de novas inversões em infra-estrutura e de um esforço de adaptação e geração de tecnologia para a região Centro-Oeste.

No que tange à população e emprego, a maior utilização de tratores e máquinas significou menor necessidade de mão-de-obra e intensificação das migrações rural-urbanas, resultando em redução da população rural, em números absolutos, na década de 70. Por outro lado, a modernização da agricultura também significou redução das atividades de subsistência voltadas à produção de alimentos, quer nas grandes ou pequenas unidades produtivas.

O emprego rural nas regiões tradicionais (Sul e Sudeste) vem evoluindo de forma bastante lenta. Mais do que isto, as transformações tecnológicas na agricultura alteraram o perfil de absorção de mão-de-obra pelas principais culturas, devido tanto ao uso de insumos e equipamentos, como à especialização das unidades produtivas. Com isso, acelerou-se a utilização de trabalhadores temporários.

Quanto à renda, verificou-se um aumento na disparidade urbano-rural, mantiveram-se as diferenças regionais e a questão da pobreza ainda está por ser equacionada.

Entretanto, fatores exógenos ao setor estão determinando uma revisão nos rumos do desenvolvimento agrícola. Como resultado, vive-se um momento de descontinuidade. Nesse contexto, cabe considerar os efeitos sobre a agricultura da questão energética, da abertura ao Exterior sob a crise mundial e da situação de liquidez no setor rural.

No quadro energético, verifica-se que o processo de modernização levou ao incremento da demanda de energia pela agricultura nacional. Uma eventual redução dessa demanda, para não refletir em redução dos níveis de produtividade, só poderá ter lugar, a curto prazo, com substituição de parte da energia fornecida pelo petróleo por outras fontes menos caras ou sensíveis; a longo prazo, com a geração de técnicas mais eficientes em termos de consumo de energia por unidade de produto.

Por sua vez, as relações comerciais com o Exterior encontram-se severamente contraídas, refletindo-se sobre os preços e, assim, em maior instabilidade e menor renda para o produtor. Tais fatos são, ainda, agravados pelas mudanças recentemente operadas na política de crédito rural comprometendo a liquidez do agricultor. O efeito desta evolução tem sido a redução dos investimentos associados à expansão de novas áreas, assim como a redução nos gastos com insumos comprados, especialmente fertilizantes, herbicidas e defensivos.

A mais longo prazo, a grande questão que se coloca é de como financiar o crescimento da agricultura. As alternativas não são muitas: ou se suportam preços de produtos ou se subsidiam insumos. A opção de livre comércio é inexequível, por não ser aplicada em nenhum outro país e, ainda, por conflitar com a política protecionista adotada, no Brasil, para o setor industrial.

A discussão dos aspectos sociais do problema rural foi abordada em relação à situação dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários. Argumentou-se que a expansão da fronteira agrícola é levada a efeito, em primeiro lugar, por excedentes populacionais vindo de outras regiões. Estes são, posteriormente, expulsos por grandes empresários do Centro-Sul, resultando no empobrecimento desses posseiros, cujo trabalho é expropriado pelo capital.

Por outro lado, nas regiões tradicionais, o progresso técnico tem envolvido a substituição do trabalho pelo capital, impedindo a melhoria real dos salários e das condições de vida dos trabalhadores rurais. Estes passaram a residir fora do meio rural, na periferia das cidades, trabalhando como "bóias-frias". O nível de vida desfrutado nesta situação é inferior àquele que tais trabalhadores desfrutavam como moradores nas fazendas, onde dispunham de casa para morar e terra para produzir sua alimentação básica.

O aumento da demanda de terras para fins não agrícolas contribuiu também para estimular pequenos proprietários a vender suas áreas. Em geral, isto resulta em piores condições de vida para este proprietário, que se proletariza.

Desta forma, embora o desenvolvimento da agricultura nas últimas décadas tenha provocado o aumento da produtividade do trabalho, a capitalização das fazendas e o aumento da produção, as conseqüências para a grande maioria dos trabalhadores e dos pequenos produtores têm sido piorar os níveis de vida e as condições de trabalho. As perspectivas de reversão deste processo não são animadoras, uma vez que as dificuldades com que a economia brasileira se depara têm resultado na intensificação dos processos acima citados.

GD-7

O GD sobre "Migrações e Políticas de Assentamento" enfocou seu tema sob duas óticas bastante diversas. De uma parte, retomou a discussão sobre o processo de integração da agricultura brasileira ao contexto urbano-industrial; de outra parte, abordou a experiência de colonização na Amazônia a partir de um estudo de caso.

Ao nível geral, destacou-se o fato de que as políticas de assentamento, na atualidade, devem basear-se em conceitos bastante diversos daqueles vigentes no passa-

do. No contexto de uma agricultura extremamente identificada ao complexo agroindustrial, as propostas de reformas fundiárias e agrárias surgirão, não mais apenas com intenções de dar terra a quem trabalha, mas em razão de que certas dimensões fundiárias serão tidas como incompatíveis com a dinâmica industrial.

A dinâmica industrial está ligada, de um lado, ao processo de urbanização com industrialização, levando à mercantização dos meios de vida e, de outro, à desruralização, que dá ênfase ao aumento da produtividade do trabalho de campo, juntamente com alterações nos padrões de produção e de consumo que tendem a se assemelhar aos padrões urbanos.

Estas transformações levaram a que, no início dos anos 70, o Brasil dispusesse de um conjunto de subsetores industriais e agrícolas interdependentes entre si, que poderia ser designado de complexo agroindustrial. Essa interdependência setorial tem implicações cruciais para a estrutura e dinâmica da agricultura, porquanto os interesses sociais nucleados no capital comercial e assentados na propriedade territorial e generosidade da natureza foram deslocados pelos interesses nucleados no capital industrial e financeiro, em geral, e, em particular, naquele que opera na agricultura.

Assim, para produzir na agricultura ou para criar aglomerados de assentamento rural, não basta mais ser apenas proprietário de terras, embora seja este um dos pressupostos da produção; deve-se também levar em conta um certo montante de bens de capital sem o qual a produção agrícola pode ser posta em cheque.

Outro aspecto relevante para quem deseja pensar sobre assentamentos rurais é o de que a dinâmica imposta ao meio rural pelo complexo agroindustrial induz os agentes sociais à formação de organizações. Os setores que compõem a indústria voltada à agricultura encontram-se fortemente organizados em sindicatos patronais que atuam em mercados acentuatadamente oligopolizados. São setores que dependem diretamente das políticas creditícias dirigidas à agricultura, o que os leva a operar como grupos de pressão favoráveis à modernização do campo e, assim, a influenciar a formulação da política monetária, fiscal, cambial e mercantil.

Aqui se observa com clareza a politização dos processos econômicos associados à acumulação de capital, a qual exige a organização institucional dos interesses envolvidos. Os produtores agrícolas de maior concentração econômica, cujas produções obedecem a certos ditames tecnoagronômicos, que possuem certo domínio sobre os canais de comercialização e que têm organizações capazes de pressionar o Estado na determinação da política de preços, de subsídios e créditos, podem ser entendidos como já integrantes de mercado oligopólicos de tipo competitivo.

Em suma, a modernização do campo pôs em cheque a velha sociabilidade rural, assim como o individualismo técnico, econômico e mercantil, e passou a exigir a organização social dos produtores e dos trabalhadores assalariados.

Quanto às políticas de assentamento, não se pode cair na utopia conservadora de almejar a colocação de todos aqueles que sobram, pois isso seria contrariar a mola propulsora da racionalidade agrária ditada pelo emprego crescente de tecnol-

logia poupadora de mão-de-obra, como seria esquecer as relações entre o agro e complexo agroindustrial, o desenvolvimento industrial e o dos setores de serviços. Políticas de assentamento são elaborações mais amplas que ultrapassam o limiar da velha agricultura e envolvem medidas gerais de longo prazo, bem como o trabalho coordenado de técnicos, burocratas, políticos e dos próprios interessados.

No mesmo GD foram também discutidos os modelos de assentamento dirigido, a partir da tentativa realizada pela Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda. (COTRIJUI), de instalação de um projeto de colonização no município de Altamira, Estado do Pará.

Embora este projeto deixasse de ser executado, a experiência adquirida pelos que o elaboraram e iniciaram sua execução foi bastante ilustrativa dos problemas encontrados em atividades afins. Neste sentido, foram examinados os obstáculos normalmente encontrados na região, como as grandes distâncias entre residências; inexistência de infra-estrutura viária confiável; carência de meios de comunicação e de equipamentos de educação e assistência; ausência de estrutura institucional cooperativa, que dificulta o suprimento de insumos e bens de consumo, assim como a colocação da produção comercializável; tamanho excessivo dos lotes em relação à capacidade familiar de cultivo; apio reduzido e descoordenação dos órgãos públicos atuantes na região.

Visando superar estes problemas e com base na experiência do projeto, foram apresentadas várias recomendações com vistas a futuras iniciativas de colonização na Amazônia.

GD-8

O GD sobre "Organização dos Produtores Rurais" abordou várias das modalidades associativas sob as quais os agricultores se reúnem para expressar seus interesses políticos e econômicos.

Quanto aos interesses ligados à representação política, foram discutidos os papéis dos sindicatos rurais e das comunidades eclesiais de base. Os problemas ligados ao sindicalismo foram tratados em seu contexto legal, em particular, aqueles referentes ao enquadramento sindical rural e à contribuição sindical.

O sistema vigente de enquadramento sindical rural tem suscitado reclamações da classe patronal, por entender que os pequenos proprietários e empresários rurais (parceiros, arrendatários e empreiteiros) deveriam ser filiados à categoria econômica (CNA) e não à categoria profissional (CONTAG). Isto porque suas reivindicações coincidem com as do grandes e médios produtores. Já a classe dos trabalhadores defende a tese, atualmente instituída por lei, pela qual o pequeno empresário deva se filiar ao sindicato de trabalhadores.

Com relação à contribuição sindical, sua arrecadação é feita pelo INCRA. Apesar das imperfeições que o sistema atual apresenta, sua execução seria praticamente impossível se tivesse de ser levada a efeito pelos sindicatos. Foram, também, feitas algumas observações a respeito dos critérios de cobrança desta contribuição.

A palestra referente às comunidades eclesiais de base (CEB) abordou sua natureza, objetivos e contribuição para o bem-estar social. Esclareceu-se que as CEBs buscam organizar os lavradores de uma dada área rural para examinar seus problemas comunitariamente sob os princípios da doutrina cristã.

A dimensão política da CEB decorre de dois fatores:

- a. a base: através da presença ativa do povo (lavradores) na reorganização da vida rural;
- b. a meta: o bem comum, não o Partido nem o Estado.

O objetivo da CEB é a melhoria da qualidade de vida do povo. Busca tornar esta vida mais humana, dentro de uma ordem social mais justa (moralizada, honesta e equitativa), o que não se consegue em uma ordem materialista que subordina a ordem social à racionalidade econômica.

As CEBs contribuem para a fixação do homem ao solo, dando-lhe condições de sobrevivência, propiciando melhor aproveitamento da força de trabalho e ensinando os lavradores a lutar juntos, sem violência nem ódio, dentro de um espírito de solidariedade e fraternidade.

O trabalho conclui que, servindo a CEB de meio de organização de vida de uma dada população, pensar em dar-lhe uma estrutura, ou seja, um estatuto, revela desconhecimento de sua natureza.

Quanto aos aspectos econômicos do associativismo, o GD examinou as diferentes opções que têm sido propostas para melhorar o desempenho dos mercados agrícolas através da organização dos produtores e conseqüente aumento do seu poder de barganha.

Os comitês ou acordos de comercialização para produtos específicos são uma dessas opções. Estes comitês são constituídos por representantes dos agricultores, da indústria, do comércio e do governo – este último na qualidade de mediador – e reúnem-se periodicamente para discutir as bases de negociação de produtos de interesse comum. O Estado de São Paulo, através de sua Secretaria de Agricultura, já adotou este sistema em diferentes oportunidades, para estabelecer critérios de compra e venda das safras de tomate, citros, pêssego, goiaba, figo e algodão.

Outra modalidade de organização, o plano de participação, é um procedimento contratual que permite aos produtores promover uma venda CIF, valendo-se de uma empresa industrial ou mercantil para cuidar do processamento, documentação e transporte até o comprador final, após assegurar-se de um valor mínimo estabelecido em contrato. Este é um sistema que foi adotado, em São Paulo, pela Josco Agrícola, na exportação de péletes de polpa cítrica, e pela Cooperativa de Citricultores.

Há, ainda, os contratos de produção que envolvem a integração vertical entre indústria e produtores, estabelecendo as condições de produção e comercialização de determinado produto. Este sistema, porém, não condiciona necessariamente uma estrutura associativa por parte dos produtores.

Ao nível das associações permanentes, de caráter comercial, entre produtores, situam-se as cooperativas e as empresas de comercialização. Neste último caso, os agricultores se unem voluntariamente sob a forma de sociedade civil limitada ou consórcio para promoverem a comercialização de produtos e insumos. Estas associações congregam um grupo reduzido de elementos e suas regras, estipuladas de comum acordo, são registradas em cartório.

A discussão sobre cooperativas agrícolas, realizada em palestra específica, abrangeu suas características de empreendimento econômico e instituição política, mas buscou enfatizar explicitamente suas necessidades quanto a treinamento.

Argumentou-se que um programa de desenvolvimento de recursos humanos, em uma cooperativa, deve assumir uma orientação distinta das técnicas e práticas adotadas nas empresas comerciais típicas. Isto porque a sociedade cooperativa, embora se iguale a qualquer empresa comercial em seu objetivo de produzir bens e serviços, é ainda orientada por valores normativos baseados em princípios de solidariedade e equidade.

Considerem-se, neste sentido, as características mais específicas das cooperativas, como filiação livre e voluntária, gestão democrática, retorno limitado ao capital, distribuição do excedente econômico segundo as transações e aplicação de recursos em educação cooperativista. Vale admitir que um administrador, para dar vida a essas características, deverá contar com talento, habilidades e qualificações profissionais especiais.

Desta forma, um programa de treinamento para administradores de cooperativas daria ênfase, na fase inicial de conscientização, a áreas de reflexão cujo objetivo seria sensibilizar os treinandos para os problemas específicos dessas organizações. Além disso, buscaria promover o exame de estratégias alternativas para o seu desenvolvimento.

Uma vez concluída esta etapa de apreciação crítica da realidade interna e externa da cooperativa, os participantes teriam condições para se envolver com o "design" de estruturas administrativas e, finalmente, com o estudo de instrumentos e técnicas específicas de intervenção.

GD-9

O GD sobre "Transferência de Tecnologia", coordenado pela EMBRATER, concentrou-se na discussão do Programa de Multiplicadores, metodologia extensionista que visa acelerar o processo de adoção de melhores técnicas agrícolas, sobretudo em áreas de concentração de pequenas propriedades rurais.

O multiplicador é um agricultor jovem, escolhido pelo seu grupo de vizinhança, que recebe do extensionista treinamento para assimilar e difundir conhecimentos necessários ao incremento da produção e produtividade agrícola nas áreas de sua influência.

A base, a partir da qual o multiplicador pode ampliar sua atuação, é a chamada Unidade Demonstrativa, que é desenvolvida como um trabalho conjunto entre

o extensionista e o multiplicador. A Unidade Demonstrativa pode ser uma lavoura, uma criação, uma combinação de ambas, uma prática agrícola, uma construção, uma horta etc. Surge do trabalho colaborativo entre ambos e representa o ponto de partida para interessar a comunidade a discutir seus problemas comuns.

Foram apresentados ao GD os resultados de uma avaliação do Programa de Multiplicadores desenvolvido no Estado de Santa Catarina. Essa avaliação, executada 20 meses após a instalação do Programa, inclui entrevistas com 124 multiplicadores e 240 agricultores seguidores.

Os resultados foram altamente satisfatórios. Verificaram-se substanciais aumentos de produtividade, despertando maior interesse dos agricultores em seu progresso pessoal e influenciando em suas decisões de permanecer no meio rural.

RELAÇÃO DOS TRABALHOS APRESENTADOS NOS PAINÉIS E GRUPOS DE DISCUSSÃO

PAINEL I – Estado, Política Econômica e Agricultura

SIMONSEN, M.H. Agricultura e subsídios. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 2):493-7, 1982.

MARTONE, C.L. A intervenção do Estado e seu impacto sobre a agricultura. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 2):499-521, 1982.

GRUPOS DE DISCUSSÃO

GD-1 – Agricultura sem Subsídios: Um Empreendimento Viável?

SAYAD, J. Estratégia de transição para reforma do crédito rural. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 1):127-44, 1982.

MELLO SANTOS, M.L. de. Agricultura: um ensaio sobre a relação de causa e efeito do subsídio ao crédito rural e a necessidade de redirecioná-lo. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 1):101-25, 1982.

REZENDE, G.C. de. Política agrícola, preço de terra e estrutura agrária. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 1):73-100, 1982.

GD-2 – Desigualdades Regionais no Meio Rural

LEITE, P.S. Desigualdades regionais no meio rural. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 1):147-227, 1982.

GD-3 – Política Econômica e Planejamento Agrícola

AREZZO, D.C. de; FERREIRA, F.L.; WALL, M.B.V. Política econômica e planejamento agrícola. *Rev. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 1):7-69, 1982.

PAINEL II – A Intervenção do Estado na Economia do Setor Agrícola

HOMEM DE MELLO, F. A contribuição da agricultura: alimentos, exportação e energia. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 2): 525-40, 1982.

RABELLO DE CASTRO, P. Terra e trabalho: suas remunerações, níveis e formas de emprego na década de 70. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 2): 541-62, 1982.

GRUPOS DE DISCUSSÃO**GD-4 – Efeitos Sócio-Econômicos da Modernização Agrícola**

MOLINA FILHO, J. Racionalidade, modernização e desenvolvimento agrícola. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 1): 253-61, 1982.

FREITAS, C.F.T. de; SEVER, F.A. de A.; JUNQUEIRA, P. de C. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 1): 281-323, 1982.

HOMEM DE MELLO, F. Inovações tecnológicas e efeitos distributivos: o caso de uma economia semi-aberta. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 1): 263-79, 1982.

GD-5 – Biomassa, Modelo Energético e Desenvolvimento Agrícola

PÉRES, F.C. & FERREIRA, L. da R. Agricultura e produção de energia. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 1): 231-6, 1982.

ADAMS, R.I. A biomassa e o programa energético brasileiro. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 1): 237-40, 1982.

PORTO, R.O. Biomassa, modelo energético e desenvolvimento agrícola. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 1): 247-50, 1982.

PÉRES, F.C.; STULP, V.J.; CRUZ, E.R. da. Alternativas energéticas para a empresa agrícola e a análise de sistemas. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 1): 241-6, 1982.

GD-6 – Crescimento Agrícola: Área vs. Produtividade

CUNHA, A.S. & DAGNER, R.J. Crescimento agrícola: área vs. produtividade. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 2): 383-93, 1982.

PAINEL III – Agricultura como Prioridade Nacional

MENDONÇA DE BARROS, J.R. Política e desenvolvimento agrícola no Brasil. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 2): 565-90, 1982.

SANDRONI, P. O meio rural como prioridade social. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 2): 591-5, 1982.

GRUPOS DE DISCUSSÃO**GD-7 – Migrações e Políticas de Assentamento**

MULLER, G. Migrações e políticas de assentamento. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 2):413-22, 1982.

SIMM, E.I. Projetos cooperativistas de colonização na Amazônia: uma experiência para discussão. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 2):397-412, 1982.

GD-8 – Organização dos Produtores Rurais

ALMEIDA, P.G. de. Sindicalismo rural. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 2):445-55, 1982.

NICKELSBURG, V.R. Comunidades eclesiais de base no meio rural. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 2):425-9, 1982.

THAME, A.C.M. & AMARO, A.A. Formas de organização em comercialização agrícola. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 2):456-68, 1982.

GARCIA, R.M. Cooperativas agrícolas: requisitos de um programa de treinamento. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 2):431-44, 1982.

GD-9 – Transferência de Tecnologia

OLINGER, G. Metodologia de extensão rural: o multiplicador. *R. Econ. rural*, Brasília, DF, 20 (n.º especial 2):471-88, 1982.